

CAMPO DOS ALEMÃES: ANÁLISE DA HISTÓRIA INICIAL DO PROGRAMA HABITACIONAL (1988-1990)

Lucas Rocha Alves¹, Taís Ribeiro dos Santos², Prof.^a Dr.^a Valéria Zanetti³

1, 2, 3 – Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos – Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica – IP&D – Univap Av. Shishima Hifumi, nº 2911, Urbanova – CEP 12244-000 – São José dos Campos/SP. rochaalves7@gmail.com, rsantos.tata@gmail.com, vzanetti@univap.br

Resumo - Este trabalho tem como objetivo contextualizar a história inicial do loteamento do Campo dos Alemães, na cidade de São José dos Campos - SP. Para isso, utilizando como fonte de análise o Plano Diretor (1989) e o Projeto de loteamento do Campo dos Alemães (1998), bem como as notícias publicadas pelo jornal *Vale Paraibano*, entre os anos de 1988 a 1990. Tal análise possibilita uma reflexão sobre as políticas públicas habitacionais, adotadas pela Prefeitura de São José dos Campos, no final da década de 1980 até o começo da década de 1990, e o assentamento das famílias participantes do programa habitacional do Campo dos Alemães.

Palavras-chave: Campo dos Alemães, Loteamento, Habitação, São José dos Campos.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

O bairro Campo dos Alemães, situado na região sul de São José dos Campos - SP, começou a ser planejado em 1980, pelo Programa de Lotes Urbanizados, sobre a responsabilidade da URBAM (Urbanizadora Municipal), com o objetivo de suprir a carência de moradias para a população de baixa renda (São José dos Campos, 1989: 1).

O loteamento surgiu na ocasião em que o município promovia reformas em sua estrutura urbana. Na década de 1970 e 1980 a cidade passava por um período de remoção de famílias moradoras de favelas, para construção e ampliação de ruas e avenidas no centro da cidade.

Utilizaremos como fontes entrevistas com moradores; o Plano Diretor do Campo dos Alemães e reportagens publicadas pelo jornal *Vale Paraibano* sobre o bairro, buscando percorrer a trajetória inicial da primeira fase de ocupação do bairro Campo dos Alemães, em São José dos Campos.

Metodologia

A questão da moradia conduzirá a discussão. Como fontes, foram utilizados artigos do jornal *Vale Paraibano* entre os anos de 1988 a 1990, com notícias do andamento da construção dos loteamentos e, posteriormente, dos problemas de urbanização do novo bairro. Valemo-nos, ainda, de depoimentos orais recolhidos pela equipe do Núcleo de Pesquisa Pró-Memória/Univap, com coleta de depoimentos de uma das primeiras moradoras da área, que relatou suas lembranças do início do bairro Campo dos Alemães.

Discussão

A cidade de São José dos Campos, desde o começo do século XX, vem atraindo grande migração de pessoas, de diferentes regiões do país. Na década de 1920, essa migração foi oriunda da chamada fase sanatorial, uma vez que a cidade era referência no tratamento da tuberculose. A partir de 1950, São José dos Campos começou um intenso processo de industrialização, o que provocou uma nova onda de migração. Nas décadas de 1970 e 1980, a cidade continuou crescendo e em franco processo de urbanização tornando-se referência como pólo industrial. Em 1980, o município registrava 351 indústrias e uma população de 287.513 habitantes. De acordo com Souza e Costa,

“Na medida em que a população urbana crescia, a área urbana foi se expandindo. Entre os anos de 1953 e 1973, ocorreu um aumento de mais de cinco vezes da área urbana que passou de 2,8 km² para 17,2 km². No final de 2000, a população total do município aproximava-se dos 540 mil habitantes, sendo que 99% viviam na zona urbana, cuja extensão ultrapassava os 65 km²” (SOUZA; COSTA, 2010: 95-96).

O processo de industrialização e o crescimento urbano atraiu cada vez mais pessoas. Como aponta Júlia Falivene Alves, as indústrias não tinham capacidade para absorver a grande quantidade de mão de obra que ali se concentrava. Isso porque havia mais mão de obra do que emprego disponível, o que teve como consequência uma população que aumentava cada vez mais, mas que não conseguia se inserir

no mundo do trabalho e, conseqüentemente, ficava à margem do processo de urbanização. Para muitos, restava como única alternativa a ocupação de áreas com precária infraestrutura, o que causou uma ocupação acelerada do solo urbano (ALVES, 1992). Essa situação foi comprovada por Artur Rosa Filho:

“(...) Sem condições de adquirir seu imóvel regularizado, esta parcela da população passou a contribuir para o aumento do processo de favelização e de moradias em loteamentos clandestinos na cidade. A cidade na metade da década de 1980, com quase 300 mil habitantes, contabilizava 13 núcleos de favelas com 884 barracos e 3.110 moradores” (FILHO, 2002: 62).

É possível verificar que a demanda por moradia já era um problema em 1920, quando o município recebia grandes levas de pessoas acometidas pela tuberculose. Muitas dessas pessoas chegavam à cidade, em precárias condições de existência (ZANETTI, 2012).

No final da década de 1970 e começo da década de 1980, a Prefeitura de São José dos Campos promoveu a remoção de famílias moradoras de favelas para os primeiros conjuntos habitacionais, que vinham sendo construídos na zona sul, periferia da cidade, sob a responsabilidade da Urbam. Dentre esses novos bairros, destacou-se o loteamento Campo dos Alemães.

O bairro começou a ser edificado em 1980 quando a gleba - que hoje corresponde aos bairros do Campo dos Alemães, Elmano Ferreira Veloso, Dom Pedro I e Dom Pedro II - foi declarada de utilidade pública pelo então prefeito Joaquim Bevilacqua. Mas apesar do desapropriação do terreno em 1980, as obras da primeira fase do Campo dos Alemães iniciaram-se apenas em 1986. De acordo com o Plano Diretor, inicialmente realizou-se um censo das famílias moradoras de favelas, considerados “invasores”, a fim de permitir a inscrição destes no programa habitacional municipal (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1989: 2).

A princípio, o prazo de entrega dos primeiros lotes da primeira fase do Campo dos Alemães, foi estipulado na data de dezembro de 1987, o que não ocorreu. Foi noticiado pelo jornal *Vale Paraibano*, com a justificativa de que a demora estava no

“atraso na terraplenagem e na instalação da rede de água. Essas as justificativas dadas ontem (05/01/1988) pelo secretário de Governo, Carlos Sebe e pelo presidente da Urbam, Carlos Messias, para o fato de a Prefeitura de São José dos Campos não ter entregue em dezembro os primeiros 800 lotes, de um total de 2.800, da primeira fase do

projeto habitacional que será implantado no Campo dos Alemães. Até agora a Urbam já fichou 2.381 pessoas interessadas em adquirir lotes no conjunto que, segundo o secretário Carlos Sebe, atenderá oito mil famílias e deve estar totalmente implantado até o final deste ano” (*Vale Paraibano*, 6 de janeiro de 1988: 1).

Essa notícia foi a primeira evidência de sucessivos problemas que o Campo dos Alemães viria a enfrentar. Neste caso, a promessa de entrega dos lotes não aconteceu. A justificativa foi uma revisão no projeto devido à geografia e a conexão com a rede de água da Sabesp. Uma negligência por parte do Poder Executivo, que só as vésperas da entrega dos primeiros lotes perceberam a necessidade de uma conexão com a rede de água, algo considerado tão simples e fundamental em um loteamento. A reportagem publicada no dia 6 de janeiro de 1988 expôs o oposto do objetivo especificado no Plano Diretor, que traçava como meta uma urbanização básica (água e esgoto) do bairro, para garantir a qualidade das futuras famílias que ali morariam.

Na edição do dia três de março de 1988, a Prefeitura justificou o atraso das obras no Campo dos Alemães responsabilizando a Caixa Econômica Federal por não ter apresentado a aprovação final do financiamento do projeto. A nota dizia ainda que o sistema de abastecimento encontrava-se em fase adiantada (*Vale Paraibano*, 1988: 5).

Os lotes do Campo dos Alemães seguiram, segundo o Plano Diretor, um critério de seleção, no qual famílias com renda de até três salários mínimos foram inseridas no programa. Mas a Prefeitura foi acusada de trocar lotes por filiação ao partido PMDB. A denúncia foi feita pela presidente da Associação dos Sem-Casa e Sem-Terra, Graça Alves, em matéria publicada pelo jornal *Vale Paraibano*, em 5 de abril de 1988. A Prefeitura negou todas as acusações.

Os sorteios dos primeiros lotes ocorreram no dia oito de maio de 1988, quando 934 lotes ainda não possuíam rede de água com ligação domiciliar. A segunda fase do sorteio dos lotes aconteceu em outubro de 1988, quando a líder do movimento dos Sem-Casa, Graça Alves, recebeu das mãos do prefeito Antônio José (PMDB) o contrato e a posse de um lote no bairro no dia 1 de setembro (*Vale Paraibano*, 2 de setembro de 1988: 3). Chama-nos atenção que Graça Alves recebeu um lote anteriormente ao segundo sorteio, o que abriu margem a discussões acerca da credibilidade do critério de seleção e sorteio dos lotes.

O programa habitacional tinha como característica a distribuição de lotes e a construção imediata por parte dos sorteados. Os

que não tinham condições de começar a construir sua casa imediatamente recebiam um termo de credenciamento, que garantia um terreno na próxima etapa de liberação dos lotes, conforme a líder do movimento:

“Os próprios moradores, tinham três meses mais ou menos pra fazer um cômodo ou dois e já mudar se não passava pro suplente (...)” (ALVES, 2012).

Essa medida visava à ocupação imediata do loteamento em curto prazo, segundo a Prefeitura. O critério adotado, porém, opunha-se com o objetivo de proporcionar às famílias de baixa renda a casa própria, pois a grande maioria, por se tratar de famílias de baixo poder aquisitivo e comumente desempregados, não apresentava condições financeiras para arcar com as despesas de uma construção.

A segunda etapa da primeira fase ocorreu em outubro de 1988, quando 2.943 lotes, sem rede de água e sem a conclusão dos serviços de terraplanagem, foram sorteados (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1989). Observou-se agora uma série de novos problemas dos lotes recém sorteados, conforme foi noticiado pelo *Vale Paraibano*:

“Obras paradas, lotes não demarcados, dificuldades para registrar as plantas. Essas são as principais reclamações de três mil famílias sorteadas em outubro, com lotes no Programa Habitacional do Município, que está sendo implantado no Campo dos Alemães. A maioria pretendia construir suas casas até o final do ano, mas não conseguiu sequer localizar seu lote no terreno” (*Vale Paraibano*, 3 de dezembro de 1988: 3).

A resposta da Prefeitura para justificar os problemas apontados pelo jornal *Vale Paraibano* partiu do presidente da Urbam, Carlos Messias, na edição do dia três de dezembro de 1988, alegando estar sofrendo com falta de verbas para continuar com os trabalhos, pois o financiamento das obras do Programa Habitacional do Campo dos Alemães, pela Caixa Econômica Federal, ainda não havia sido aprovado.

Em janeiro de 1989, o novo prefeito, Joaquim Bevilacqua, tomou posse e traçou como meta a retomada dos programas de habitação do município e da continuidade das obras no Campo dos Alemães. Já no dia quatro de janeiro, máquinas da Prefeitura puderam ser vistas retomando o trabalho de terraplanagem dos lotes remanescentes. Contudo, não foi estipulado um prazo para a conclusão do serviço. Na edição do jornal *Vale Paraibano*, publicado no mesmo dia do reinício das obras, Graça Alves, proprietária de um terreno, declarava estar “escaldada de tantas promessas e o que mais queria agora era ver o trabalho concluído” (*Vale Paraibano*, 4 de janeiro

de 1989: 5). Nesta fala percebe-se um discurso que resume o pensamento daqueles que mais sofrem com essa situação política, as famílias cadastradas no programa, já que eram as que mais precisavam de moradia. Para essas famílias, o programa dava expectativas do fim do aluguel, do despejo e da remoção violenta, não importando se em melhores ou piores condições do que as atuais (ALVES, 1992: 56).

A primeira fase do loteamento do Campo dos Alemães se deu à medida que a infra-estrutura básica foi sendo instalada e os terrenos liberados. Posteriormente, novos loteamentos foram implantados ao redor, dentre eles o Campo dos Alemães II, o D. Pedro I e o D. Pedro II.

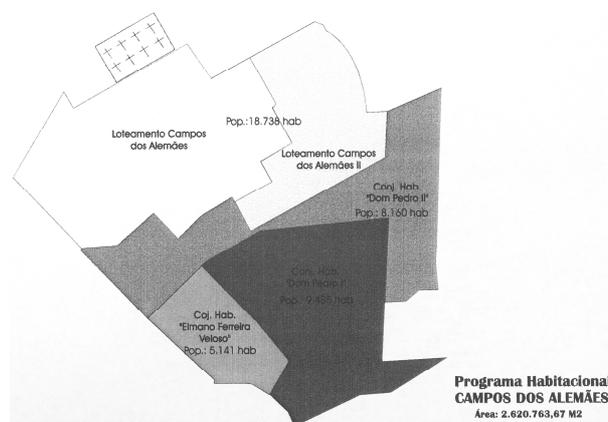


Figura 1 – Mapa do loteamento do Campo dos Alemães. Fonte: Projeto Campo dos Alemães, 1998.

O discurso adotado pelo poder público, trata a questão de habitação visando apenas os números, a quantidade que fora construída. Entretanto, o assunto vai além disso, uma vez que o programa de habitação deve conter infra-estrutura básica, tal como rede de água, esgoto e energia elétrica, além de transporte coletivo, postos de saúde, coleta de lixo, escolas (MARICATO, 1999). Tais condições não se observaram no loteamento do Campo dos Alemães. Não obstante, as famílias que se mudaram para o novo bairro, no extremo sul da cidade, encontravam-se em situação crítica como afirma Artur Rosa Filho, pois houve “uma queda do padrão de vida desses moradores em função da localização do bairro e da distância do trabalho” (FILHO, 2002: 63), uma situação que habitualmente abrange o morador de periferia.

Conclusão

O Programa Habitacional do Campo dos Alemães foi criado visando suprir a carência de moradia na cidade de São José dos Campos, que passava por um crescimento populacional em decorrência de seu desenvolvimento industrial,

mas que demonstrou ter sido feito sem o devido planejamento e com finalidades políticas.

O jornal *Vale Paraibano* acompanhou o andamento das obras no loteamento, noticiando os atrasos e alterações ao decorrer da construção do bairro. O jornal aproximou essas questões da população, ao mesmo tempo em que exerceu pressão sobre o poder público.

A história inicial do Campo dos Alemães se repete em inúmeros processos de ocupação oficial pelos bairros da cidade. Loteamentos sem infraestrutura básica, descaso com os moradores removidos, foram ações comprovadas pelo documento intitulado "Projeto Campo dos Alemães", que em 1998 foi criado visando minimizar a exclusão social estimulando a geração de empregos e renda, prover o bairro com equipamentos públicos básicos e com infraestrutura (SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 1998: 18). Tais medidas, no entanto, só foram implantadas dez anos após a entrega dos primeiros lotes, acentuando o processo de exclusão e de reivindicação da população removida por um direito constitucional, o de moradia.

Referências

- ALVES, Júlia Falivene. **Metrópoles cidadania e qualidade de vida**. São Paulo: Moderna, 1992.

- FILHO, Artur Rosa. **As políticas públicas do poder executivo e/ou reurbanização de favelas no Município de São José dos Campos-SP**. Dissertação de Mestrado. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2002.

- FILHO, Artur Rosa; OLIVEIRA, José Oswaldo Soares. **As políticas públicas do poder executivo e/ou reurbanização de favelas no Município de São José dos Campos-SP**. In: Revista Univap, v.9, n.17, 2002. Disponível em: <http://www.univap.br/univap/pro_reitorias/int_uni_soc/revista/RevistaUnivap17.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2012.

- MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Prefeitura Municipal. **Campo dos Alemães: Plano diretor do loteamento**, 1989.

- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, Prefeitura Municipal. **Projeto Campo dos Alemães**, 1998.

- SOUZA, Adriane Aparecida Moreira de; COSTA, Wanderley Messias da. **Atividades industriais no interior do estado de São Paulo: Uma análise da formação do complexo tecnológico-industrial-**

aeroespacial de São José dos Campos. In: COSTA, Sandra Maria Fonseca da; MELLO, Leonardo Freire de (org). *Crescimento Urbano e Industrialização em São José dos Campos*. Coleção São José dos Campos: História & Cidade. Volume V, São José dos Campos: Intergraf, 2010.

- ZANETTI, Valéria. **Cidade e identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

Fontes

Vale Paraibano. 1989 a 1990. Arquivo Público do Município de São José dos Campos.

Depoimento Oral

ALVES, Aparecida Graça. Acervo de depoimentos orais – Laboratório de História Oral – IP&D/Univap, 2012.